

NOTA INFORMARTIVA:

DÉFICE ORÇAMENTAL EM 2013 FOI DE 4.9%

O INE publicou hoje o destaque sobre o Procedimento dos Défices Excessivos, no qual revela que o défice orçamental em 2013 se fixou em 4.9%.

Este valor situa-se abaixo quer das previsões do Governo, na proposta de Orçamento de Estado para 2014 (5.9%), quer das previsões do FMI e da Comissão Europeia após a 10ª Avaliação do Programa de Assistência Económica e Financeira, realizada em Fevereiro (5.5%).

O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) prevê que seja desencadeado um Procedimento dos Défices Excessivos quando um Estado-Membro não cumpre uma ou as duas regras definidas no Tratado Orçamental: que o défice orçamental não exceda os 3% do PIB e que a dívida pública não ultrapasse os 60% do PIB.

Portugal foi colocado no Procedimento dos Défices Excessivos em Dezembro de 2009 e ficou definido que teria até 2015 para cumprir o limite do défice. No Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), cujas metas já foram entretanto revistas, o Governo comprometeu-se com um défice de 2.5% em 2015.

De acordo com publicação do INE, a melhoria no saldo orçamental em 2013, comparativamente ao ano anterior, foi determinada em grande medida pelo aumento da receita de impostos e contribuições sociais. Para este aumento, é de assinalar o contributo da receita extraordinária associada ao Regime Excecional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social que atingiu 1.280 milhões de euros.

Não podemos ignorar que o resultado positivo para o défice em 2013, resulta de um conjunto de medidas, muitas das quais de carácter provisório e do enorme aumento da carga fiscal. Note-se que o aumento da receita fiscal em 2013, foi motivado sobretudo pelo aumento das receitas com o IRS, que registou um crescimento de 35.5% face ao ano anterior.

Esta evolução do défice não nos deve fazer esquecer as enormes dificuldades económicas e sociais que as famílias portuguesas têm suportado.

Ainda na semana passada foram conhecidos os dados sobre a pobreza em Portugal, os quais atingiram níveis preocupantes. De acordo com os dados provisórios do INE, a taxa de risco de pobreza em Portugal aumentou em 2012 para 24.7% (era de 21.3% em 2011). Este cálculo é calculado com base numa linha de pobreza ancorada em 2009 e actualizada em 2010, 2011 e em 2012 com base na variação do índice de preços no consumidor.

Para a UGT, é insustentável impor um ritmo de consolidação orçamental que continue a traduzir-se numa deterioração das condições de vida e de trabalho, com agravamento das situações de pobreza, de desigualdade e de exclusão social. É urgente retomar e assumir medidas que promovam o crescimento e o emprego e combatam o flagelo transversal que é o desemprego, que se mantém em níveis insustentáveis.

31.03.2014